

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

**“Do mais fiel e humilde Vassalo”: as dedicatórias impressas
para os monarcas D. João VI e Dona Carlota Joaquina no Brasil**

Ana Carolina Galante Delmas*

Resumo: A transferência da Corte em 1808 e a abertura da Imprensa Régia possibilitaram o desenvolvimento das relações sociais através das páginas das dedicatórias impressas. Investigar tais homenagens significa debruçar-se também sobre a história do livro, especialmente acerca de sua utilização como instrumento de poder. Este artigo busca observar a realização da prática das homenagens impressas no Brasil do início do século XIX, na busca pelas boas graças dos soberanos D. João VI e D. Carlota Joaquina. Objetiva-se demonstrar a expressividade da prática e de que forma está presente nas permanências culturais; abrindo espaço para o estudo de questões relativas às culturas políticas, e contribuindo da mesma forma para formação do conhecimento acerca da história do livro e da leitura no período.

Palavras-Chave: Mecenato - Família Real - História do Livro

Abstract: The arrival of the Portuguese Royal Court in 1808 and the opening of the *Impressão Régia* allowed the development of social relations through printed dedicated pages. To investigate such reverences also means to study the History of Books and of Reading, especially as instruments of power. This article tries to observe the realization of the printed dedications practice on the earlier 1800's in Brazil, and the quest for the good graces of sovereigns D. João VI e D. Carlota Joaquina. The research efforts to demonstrate the practice expressivity and how it is present in the cultural remains; making space for the study of questions regarding political cultures, e contributing in the same manner to developing of knowledge on the History of Books and of Reading at the time.

Key-Words: Patronage - Portuguese Royal Family - History of Books

O universo dos livros é campo de disputa e espaço de poder. Os esforços recentes acerca de uma História do Livro e da Leitura no Brasil demonstram que esse universo oferece ao historiador uma gama de questões a serem estudadas; estas variam desde a formação e simbologia das bibliotecas; as relações entre leitura e leitores; o estudo de cada acessório; os papéis dos indivíduos ao seu redor. O ato de se oferecer uma obra impressa em homenagem, uma dedicatória impressa, presente desde sua forma manuscrita, constitui-se em um dos mais interessantes acessórios do livro. Trabalhar com as dedicatórias impressas é trabalhar com diversos elementos e possibilidades que remetem à história do livro. Abordar esta prática no ambiente do Brasil das primeiras décadas do oitocentos, ainda pouco conhecida, é também

* Mestranda em História Política / UERJ. Bolsista da CAPES. Orientador: Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves.
anacdelmas@globocom

caminho para desvendar relações de sociabilidade; comportamentos e jogos políticos, além do próprio contexto no qual se inserem.

A dedicatória apresenta-se como símbolo das relações políticas, das trocas efetuadas na busca por poder e influência; símbolo de uma política apoiada na hierarquia vigente. O livro e a dedicatória são marcas de uma cultura que busca sofisticar suas relações e representações, sendo interessante observar sua utilização por uma elite letrada em meio a uma maioria de iletrados. A prática das dedicatórias toma forma no complexo contexto do Antigo Regime, que deixou permanências na Europa e no Brasil do século XIX: é reflexo da perpetuação das relações de mecenato, ligada aos costumes de uma sociedade de Corte, e às relações entre soberanos e letrados.

Em uma época onde viver da própria pena constituía um desafio, era necessário utilizar-se das convenções para adquirir patrocínio e proteção. Saber colocar-se na hierarquia do poder para ser capaz não apenas de sobreviver, mas de sobressair, exigia tanto habilidades políticas quanto sutileza. O ato de dedicar uma obra abria possibilidades de inclusão na sociedade de corte e de se conseguir as benesses reais em um ambiente, em que nem o papel do autor, nem os direitos de autoria haviam alcançado uma conceituação mais precisa (NEVES, 2004). Dos elementos que compõe o livro e seu lugar social, o autor é o último a se estabelecer, então, a necessidade de apoio e proteção.

Cada livro dedicado demonstrava o prestígio e a importância do homenageado; e as bibliotecas, já bastante valorizadas, assumem *status* ainda maior. A ambição por obras oferecidas em homenagem sustentou as dedicatórias como prática central em uma economia de mecenato. Em uma sociedade de trocas, a dedicatória favorece aquele que oferece a homenagem e também ao soberano que, elogiado e tido muitas vezes como fonte de inspiração, coleciona em sua biblioteca símbolos de seu poder absoluto (CHARTIER, 2000: 182-199). Mesmo em uma sociedade que experimenta mudanças, a homenagem é mais procurada do que repudiada, atendendo aos interesses de ambos, e estabelecendo-se como recurso valioso na Europa (DUPRONT, 1976:38-39). Nesse ambiente, o mecenato privado era menos almejado, sendo a proteção de um mecenas-soberano mais poderosa do que a de qualquer outro, ultrapassando a ajuda financeira. A relação estabelecida entre o autor e seu protetor, troca de privilégios por afirmação pública de poder, transferiu-se para a América Portuguesa, cruzando o Atlântico com a Família Real em 1808.

O contexto do Brasil que recebeu D. João e sua corte assemelha-se ao contexto de Portugal do início do oitocentos: um alto número de iletrados, uma cultura fortemente marcada pela oralidade e uma cultura escrita reservada apenas a alguns homens notáveis

(NEVES, 1999: 665-697). Em um Rio de Janeiro colonial, a recriação do aparelho central do Estado português e a demanda pela modernização de acordo com o modelo europeu alteraram drasticamente o estilo de vida. Com a criação da Imprensa Régia e, posteriormente, de outras tipografias, abriu-se também o campo do desenvolvimento das relações sociais através das homenagens impressas, permitindo a observação dos primórdios dessa prática no lado de cá do Atlântico.

Os desejos de D. João de permanecer no Rio de Janeiro aproximaram a cidade de forma efetiva ao *status* de capital do império luso-brasileiro. Embora visto como um monarca cujos traços de caráter se sobrepujam às habilidades políticas, D. João demonstrou-se responsável pelo impulso de emancipação intelectual e, logo, pela formação de intrincadas redes de práticas culturais no Brasil. Além dos inevitáveis documentos oficiais, esse órgão cuidou da publicação de jornais, de obras de cunho científico e literário, e de folhetos políticos. O ritmo crescente de publicações estimulou o estabelecimento de livrarias e livrarias. Ainda assim, a leitura e publicação de obras estavam restritas a uma diminuta elite intelectual que, vivendo em uma cidade com um fraco mercado literário, dependiam fundamentalmente do poder da Coroa, fato que se perpetuou ao longo do século XIX. No ambiente luso-brasileiro, carente de um público consumidor mais amplo, era a Coroa quem assumia a função não só de mercado para os bens simbólicos que surgiam, como, sobretudo, de instância de consagração para eles. Daí, decorre a importância que as dedicatórias em homenagem ao soberano alcançaram entre esses letrados, como, por exemplo, nos escritos de José da Silva Lisboa e de Domingos Alves Branco Muniz Barreto.

Pode-se observar que as primeiras publicações da Imprensa Régia já contavam com páginas destinadas às dedicatórias. As homenagens escritas pelos componentes da elite intelectual do Brasil tinham na retórica a tônica de seus discursos, fundamentando argumentações específicas para o público (ou indivíduo) a que se dirigia, capazes de seduzir o leitor, envolvendo-o para se atingir o objetivo desejado (CARVALHO, 2000). O tom laudatório visava convencer o soberano da lealdade e do merecimento de favores e mercês.

Talvez devido à existência de uma elite intelectual numericamente reduzida, observam-se possibilidades variadas para o uso das homenagens impressas. De certo, os letrados pareciam disputar o título de “o mais fiel e humilde vassalo”, encerramento padrão das dedicatórias. Estas, geralmente permeadas de garbosos elogios e, muitas vezes, procurando justificar o conteúdo e o motivo da publicação, poderiam ser utilizadas não só como um marco inicial, um impulso à trajetória do autor, mas ainda como forma de sugerir o apoio a outros textos, de garantir o privilégio sobre a comercialização da obra e, sobretudo,

como agradecimento pelo que já havia sido recebido, como uma forma de manutenção de uma relação já estabelecida.

Letrados como Manoel Ferreira de Araújo Guimarães, Antonio Jose Vaz, D. Luis Antonio Carlos Furtado de Mendonça, Padre Manoel Ayres do Casal, Domingos Borges de Barros, Jose Correa Picanço, Manoel Arruda da Câmara, Joaquim da Rocha Mazarem, Paulino Joakim Leitão, José Manoel da Camara, Domingos Ribeiro dos Guimaraens Peixoto, José Silvestre Rebello, José de Souza Azevedo Pizarro e Araújo, Bernardo Avellino Ferreira e Souza, José da Silva Lisboa, Domingos Alves Branco Muniz Barreto e ainda outros fizeram uso de obras oferecidas ao soberano para iniciar ou impulsionar suas trajetórias.

Das 1428 obras publicadas pela Impressão Régia, cerca de 100 foram, explicitamente, dedicadas a alguma figura social / política de destaque, demonstrando que a prática se fez presente e conseguiu se estabelecer no Brasil, ainda que de forma lenta e gradual, perdurando por todo o século XIX. Destas obras, quase 70 dirigiam-se a D. João VI. As demais homenageavam outros membros da Família Real - especialmente D. Pedro -, e nomes como os Condes de Oeiras; de Linhares; das Galveias e da Barca; além de José Correa Picanço; Paulo Fernandes Vianna, Condessa de Linhares, e alguns outros. Ao longo da segunda década do século XIX, as homenagens a D. João VI diminuíram, gradualmente, voltando suas atenções para D. Pedro e para outros membros da cena política.

Das páginas direcionadas ao Príncipe Regente e Rei, em 1809 pode-se destacar a homenagem que Manoel Ferreira de Araújo Guimarães fez em sua tradução da obra *Elementos de Geometria*, de Adrien Marie Legendre, uma obra publicada por ordem de Sua Alteza Real a fim de ser adotada nos cursos da Academia Real Militar. Em seu texto o autor, Capitão do Real Corpo de Engenheiros, e Lente de Matemática na mesma Academia, procurava oferecer seu trabalho como homenagem em troca de proteção, mas também como forma de agradecimento pela confiança e pelo cargo para o qual já havia sido nomeado:

“No momento em que o Brazil dobrou reverente o joelho na Presença de V.A.R., brotou para este Continente huma fonte perenne de felicidades. As Sciencias, companheiras inseparáveis da prosperidade do Estado, e que, ao estrondo das armas, se acolhêrão espavoridas debaixo da Proteção de V.A.R, vierão fixar o seu domicilio no terreno mais fértil e mais abundante. A Bahia teve a honra de offerecer as primicias de submissão e homenagem ao Mais Amavel dos Soberanos com aquella effusão de prazer e alegria, que só podião inspirar as Virtudes que adornão a Sublime Alma de V.A.R. He tambem hum filho seu (o mais rude e o mais inhabil) que tem a fortuna de alcançar a sua fraca voz na Primeira Cadeira de Mathematica de huma Academia até agora desconhecida na América Portugueza; e he elle mesmo que, com o mais humilde respeito, se anima a offerecera V.A.R. a primeira Obra Mathematica, impressa na Sua Regia Officina Typografica, estímulo para

outros mais habeis que hum dia illustrarão a Nação com os seus escritos immortaes.(...)

A minha gratidão, sobejamente empenhada por este novo beneficio, animará a sincera confissão, que tantas vezes tenho feito, e repetirei até o último instante, de que tenho a glória de ser

DE VOSSA ALTEZA REAL

O mais humilde e fiel vassalo

Manoel Ferreira de Araújo Guimarães”

(GUIMARÃES, 1809)

Deve-se ainda ressaltar que Guimarães compôs, em 1812, um canto fúnebre em homenagem ao Conde de Linhares, idealizador da Academia. No mesmo ano o autor foi promovido por D. João ao cargo de redator da *Gazeta do Rio de Janeiro*. Foi ainda fundador do jornal literário e político, *O Patriota*, e escreveu diversos tratados matemáticos, dentre eles *Elementos de Astronomia para uso dos alumnos da Academia Real Militar* (GUIMARÃES, 1814), ordenado por ele enquanto Sargento Mor do Real Corpo de Engenheiros, e Lente da mesma Academia.

O presbítero secular do Grão Priorato do Crato, Padre Manoel Ayres do Cazal publicou, em 1817, com Licença e Privilégio Real, uma obra que visava a contribuir para a história do Brasil. A dedicatória seguia o princípio da troca simbólica por proteção, justificando ainda sua importância:

“A Descrição geografica do vasto Reino que a Providencia confiou a V.R. MAGESTADE na America, he o assumpto da Obra que respeitosa e offereço a V.R. MAGESTADE, como Sua, por muitos titulos. Nella se acha a Historia do Descobrimto do Brazil em 1500, até o anno de 1532 em que este paiz foi repartido em Capitancias:(...). Persuado-me que huma tal obra merecerá o acolhimento que V. R. MAGESTADE costuma prestar a tudo que póde ser util a seus Vassalos, a cujo proveito sacrifiquei os melhores annos da minha vida, emprehendo esta obra original e tão superior ás minhas forças, e cabedaes, que por vezes, descorçoando a vista d’hum tropel de difficuldades, determinei abrir mão da empreza: Assim aconteceria, se não me dominasse huma sympathia por esta ciencia encantadora, e conjunctamente me alentassem amigos intelligentes, e patriotas, receozos de que os meus trabalhos, e fadigas descessem comigo á sepultura. Digne-se a V.R. MAGESTADE aceitar huma offerta aindaque pequena para o meu dezejo, contudo decida a V.R. MAGESTADE.

Deos Guarde a Sagrada Pessoa de V.R. MAGESTADE por mui dilatados e felizes annos

O mais reverente vassallo.

Padre Manoel Ayres de Cazal”

(CAZAL, 1817)

A obra *Corografia brazilica* apresentava sua dedicatória seguida por uma declaração do rei D. João VI, atestando a concessão de um privilégio ao autor. Cazal fizera um requerimento para que o livro lhe rendesse o privilégio de ter seus direitos garantidos. A resposta real foi a concessão de totais direitos sobre o livro pelo período de quatorze anos.

Ao observar as publicações da outra tipografia do período, nota-se a presença de obras dedicadas. Na tipografia de Antonio Manuel da Silva Serva, inaugurada em Salvador no ano de 1811, observa-se que das 127 obras que saíram de seu prelo, 24 foram dedicadas. Destas, oito destinaram-se a D. João VI - algumas encomendadas pelo Conde dos Arcos -, e outras nove destinadas ao próprio Conde, talvez demonstrando a divisão da identificação política entre o soberano e o antigo vice-rei, e a rivalidade entre Bahia e Rio de Janeiro. É interessante notar que, no Brasil, não há dedicatórias para D. Carlota Joaquina. Em Portugal, há obras dedicadas à soberana, como se pode observar nesta obra autorizada por D. João, e oferecida pelos donos da casa Borel, Borel e Cia:

*“Desejando nós, como bons Cidadãos, grangear o alto patrocínio dos Príncipes deste Reino, pareceo-nos que era de nossa obrigação dirigir a V. A. as nossas súplicas, como áquella em quem este illustre predicamento se acha associado com o Real Sangue da Augustissima Casa de Borbon, donde V.A. descende. Assim cuidamos, Serenissima Senhora, cumprir com o que por fiéis Vassallos devemos a nossos naturaes Senhores, obsequiando seus precarissimos descendentes(...)
Digne-se pois, Serenissima Senhora, de acceitar esta humilde offerta, para excitar com favor tão distincto a emulação de servir ao Público, que he hum dos maiores beneficios que os Príncipes podem fazer; e para que mais affervorados com elle se nos acrescentem, não profundo reconhecimento, que já temos no coração, mas novos animos para o manifestarmos com as obras que soubermos serão mais do agrado de V. A.*

Os mais humildes e reverentes criados.

Borel, Borel e Companhia”

(SILVA, 1820)

Verificando as obras impressas no Brasil, nota-se que o grupo de autores que se utilizou da prática das dedicatórias era constituído por um seleto conjunto de letrados que ansiavam por uma promoção em suas carreiras e trajetórias de vida. Pode se afirmar que as dedicatórias não inseriam indivíduos desconhecidos das elites intelectual e política ou no círculo da família real; eram utilizadas como espécie de impulso. Também manifestavam agradecimento por algo que já havia sido recebido, procuravam comprovar o merecimento de mais benesses e a importância na vida política, social e econômica do Brasil.

Quaisquer que fossem os objetivos, estavam presentes as humildes afirmações de súditos e vassallos, prontos para utilizarem seus préstimos à glória do soberano. Os escritos buscavam arquitetar uma base sólida de amparo e conquistar o apoio régio. Alguns conquistaram trajetórias longas e bem sucedidas, outros não obtiveram sucesso. Ainda que de forma lenta e gradual e por seleto grupo, a prática das homenagens impressas foi capaz de se enraizar e permanecer ao longo de quase todo século XIX, mostrando possibilidades para a

continuação dos estudos de um novo campo que se abre em relação à História do Brasil, através de sua cultura e de sua identidade.

Fontes

CAZAL, Padre Manoel Ayres de. *Corografia brazílica, ou relação historico-geografica do reino do Brazil*. Rio de Janeiro, Na Imprensa Régia, 1817. Com Licença e Privilégio Real.

GUIMARÃES, Manoel Ferreira de Araújo. *Elementos de Astronomia para uso dos alumnos da Academia Real Militar* ordenado por Manoel Ferreira de Araujo Guimarães, Sargento Mor do Real Corpo de Engenheiros, e Lente do quarto anno da referida Academia. Rio de Janeiro, na Imprensa Régia, 1814. Por Ordem de S.A.R.

_____. (Tradução do original francês) *Elementos de geometria*, por A. M. Le Gendre. Rio de Janeiro, na Imprensa Régia, 1809. Por Ordem de S.A.R.

SILVA, Antonio de Moraes. (Tradução do original francês). *Recreações do Homem Sensível, ou Collecção de exemplos verdadeiros e patheticos, nos quais se dá um Curso de Moral Prática conforme às máximas de sã Filosofia, e da Religião, para as pessoas de todos os Estados Tomo I*, por Monsieur de Arnaud. Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1820. Com licença da Mesa do Desembargo do Paço

Referências Bibliográficas

ABREU, Márcia (org.). *Leitura, história e história da leitura*. 2ª reimpressão. Campinas/São Paulo: Mercado de Letras/ALB/FAPESP, 2002.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida & MORAES, Rubens Borba de. *Bibliografia da Imprensa Régia do Rio de Janeiro*. São Paulo: Edusp/Kosmos, 1993.

CARVALHO, José Murilo de. “História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura”. In: *Topoi*, nº1, Rio de Janeiro: Editora 7 Letras, 2000.

CASTRO, Renato Berbert de. *A primeira Imprensa da Bahia e suas publicações*. Tipografia de Manuel Antonio da Silva Serva, 1811-1819. Bahia: Secretaria da Educação e da Cultura, 1968.

CHARTIER, Roger. *A história cultural entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1988.

_____. *O Príncipe, a Biblioteca e a Dedicatória*. In: BARATIN, Marc & JACOB, Christian. *O Poder das Bibliotecas. A memória dos livros no Ocidente*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2000

DUPRONT, Alphonse. *L. A. Muratori et la société européenne des pré-lumières*. Firenze: Leo S. Olschki, 1976

FRAGOSO, João, et al. *O Antigo regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001.

HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil (Sua história)*. São Paulo: T.A. Queiroz/ EDUSP, 1985.

NEVES, Lúcia Maria Bastos P. *Censura, circulação de idéias e esfera pública de poder no Brasil, 1808-1824*. *Revista Portuguesa de História*. Coimbra, 33(1): 665-697, 1999.

_____. *Do privilégio à propriedade literária: a questão da autoria no Brasil Imperial (1808-1861)*. In: *Anais eletrônicos do I Seminário Brasileiro sobre Livro e História Editorial*. Rio de Janeiro, 2004. <http://www.livroehistoriaeditorial.pro.br>

RIBEIRO, Maria Manuela Tavares. Livros e leituras no século XIX. *Revista de História das idéias*. Coimbra, 20: 187-228, 1999.